
SITUAÇÃO DA AGRICULTURA

— Fevereiro de 1985 —

— POLÍTICA ECONÔMICA

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Ministério da Fazenda (MF) divulgaram, em fevereiro deste ano, estimativas preliminares do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 1984. Apesar de pequenas diferenças entre os percentuais apresentados, naturais por se tratarem de dados ainda sujeitos à retificação, nota-se claramente uma substancial melhora no desempenho setorial e total da economia brasileira.

O PIB total apresentou crescimento de mais de 4%, superior ao crescimento demográfico, estimado em 2,3%, garantindo um crescimento efetivo na disponibilidade de bens e serviços à população. Note-se, todavia, que não se pode inferir nada a respeito da equidade do enriquecimento brasileiro. A indústria, o setor que certamente mais se ressentiu da crise econômica dos últimos quatro anos, cresceu 5,9% em 1984. Este desempenho pode ser considerado bom, se comparado com o verificado nos anos anteriores (quadro 1). O maior índice ficou com o setor de transportes e comunicações, que cresceu 6,5%, e o menor com o comércio, com 3,0%. A agricultura, segundo o Ministério da Fazenda, cresceu 4,5%.

Essa tendência de crescimento necessita ser confirmada neste e nos próximos anos. Computando-se o crescimento real do PIB de 1981 até 1984, obtêm-se apenas 0,4%. A evolução efetiva, obtida quando se desconta o crescimento demográfico, foi de -8,7%. Para atingir o mesmo nível de produção per capita de 1980, o País precisa continuar crescendo a taxas significativas nos próximos anos. As dificuldades que a economia brasileira atravessa indicam, todavia, prudência na expectativa de retomada do crescimento. Isto não impede, entretanto, que os esforços do governo se centrem nos setores que produzem alimentos e com maior potencial de geração de emprego, dando uma tonalidade mais social à política econômica.

Outro fato digno de nota, que ocorreu em fevereiro de 1984, foi a mudança no critério de cálculo do Índice Geral de Preços (IGP), da Fundação Getúlio Vargas. A mudança deu-se no Índice da Construção Civil (ICC), que considerava apenas os preços do Rio de Janeiro. Agora o índice é nacional, Índice Nacional da Construção Civil (INCC) e abrange mais sete capitais na coleta de preços. O efeito imediato desta mudança foi uma taxa de inflação de 10,2% em janeiro, quando era esperado algo superior a 12%. Esta diferença ocorreu porque fevereiro é a data base do reajuste dos trabalhadores na construção civil no Rio de Janeiro. A diluição desse reajuste para mais sete cidades foi a causa da redução do IGP.

QUADRO 1. - Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) Setorial no Período
1980-84

(em percentagem)

Setores	1980	1981	1982	1983	1984	
					FGV (1)	MF (2)
Agricultura	6,3	6,4	-2,5	2,2	3,9	4,5
Indústria	7,9	-5,5	0,6	-6,7	5,8	5,9
Comércio	6,8	-2,8	1,0	-3,5	2,3	3,0
Transportes e comunicações	10,2	0,2	5,6	0,1	5,5	6,5
PIB total	7,2	-1,6	0,9	-3,2	4,1	4,5

(1) Fundação Getúlio Vargas.

(2) Ministério da Fazenda.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Ministério da Fazenda (MF).

POLÍTICA AGRÍCOLA

Ao final de março, quando for fixado o valor da ORTN para abril, terão sido estabelecidos os valores definitivos dos preços mínimos para a safra 1984/85 a serem utilizados nas operações de Empréstimos e Aquisições do Governo Federal. Esses valores estimados podem ser vistos na coluna 2 do quadro 2. Para a maioria dos produtos relacionados, o preço mínimo teve um reajuste superior a 300%, o que acabou fazendo com que em alguns casos fosse maior que o preço praticado no mercado, como vem acontecendo para algodão e feijão, por exemplo.

A maior parte da colheita, no entanto, deve se dar a partir de março e até o momento não se tem definido o montante de recursos para o financiamento da comercialização da safra e nem mesmo foi liberada a última parcela do custeio por parte do Banco do Brasil. O Diretor de Crédito Rural do Banco Central noticiou que os recursos para a safra 1984/85 situam-se em Cr\$42,6 trilhões, dos quais Cr\$5,7 trilhões seriam destinados

ã comercialização (1).

Esse volume de recursos para comercialização é bastante reduzido, tendo em vista que em 1983 foi concedido para essa finalidade Cr\$1,2 trilhão que, em termos reais, em 1985, corresponderia a um total superior a Cr\$11 trilhões. Note-se que em 1983, os recursos já foram escassos e no corrente ano, além de o volume de recursos disponível ter sido reduzido em termos reais à metade, o quadro fica mais agravado pela elevação dos preços mínimos relativamente aos preços de mercado, devendo conduzir a uma maior demanda pelos recursos. Com os atuais níveis de preços mínimos e a disponibilidade de crédito previstos para esta safra, grande parte dos agricultores não poderão ser atendidos em seus pedidos de empréstimos.

Também nem todos os agricultores que quiserem vender sua produção ao governo em operações de AGF conseguirão fazê-lo. Observe-se que, em 1982, o Governo adquiriu por volta de 32% da produção de feijão, 15% da produção de milho e 7% da de arroz. Para o corrente ano, caso quisesse adquirir apenas 7% da produção de cada um desses produtos além de 2% da produção de algodão, cujo preço de mercado está abaixo do mínimo, teria que despender a soma de Cr\$1,6 trilhão, valor correspondente a 28% dos recursos totais previstos para a comercialização do ano de 1985.

Se se pretendesse conceder neste ano empréstimos para comercialização de forma a financiar (EGF) igual volume de produção ao financiado em 1983, aos preços mínimos de abril, haveria, apenas para os cinco produtos relacionados no quadro 3, uma despesa de aproximadamente Cr\$9,7 trilhões, volume de recursos superior em 70% ao previsto para a comercialização da safra.

Esses números dão idéia da viabilidade de se ter uma política de preços mínimos realista ao lado de uma política monetária restritiva. Se houvesse recursos, este provavelmente seria um ano em que o governo compraria boa parte da produção, porque oferece preços mínimos elevados. No entanto, a dificuldade de acesso aos poucos recursos tenderá a abalar a já reduzida credibilidade neste instrumento de política, que nos últimos anos vêm sendo conduzido como um instrumento instável de garantia de renda aos agricultores ou oferecendo reduzido estímulo para o plantio, objetivos básicos para sua implantação no País.

(1) Diário de Comércio e Indústria - DCI, 19/03/85.

QUADRO 2. - Preços Mí́nimos, Safra 1984/85

Produto	Unidade	Corrigido até março (Cr\$/unidade)	Corrigido até abril (¹) (Cr\$/unidade)
Algodão	15kg	24.884	27.372
Arroz	50kg	37.350	41.085
Milho	60kg	26.940	29.634
Soja	60kg	41.460	45.606
Mandioca	t	107.415	118.156
Mamona	60kg	42.720	46.992
Feijão Águas	60kg	81.960 (²)	-
Feijão Seca	60kg	111.677	122.845
Sorgo	60kg	22.800	25.080
Amendoim	25kg	22.675 (²)	...

(¹) Com previsão de ORTN = 10% em abril.

(²) Corrigido até dezembro.

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

- DETERMINAÇÕES REGISTRADAS NO MÊS

- Trigo: o preço de aquisição do produto de pH78, pelo Banco do Brasil, durante fevereiro foi de Cr\$842.212,00 por tonelada (Portaria SUNAB nº 6, de 01/02/85);
- Açúcar e álcool: foram reajustados os preços da cana-de-açúcar, do açúcar, do álcool de todos os tipos, do mel rico invertido e os valores dos subsídios de equalização de custos. No caso da cana-de-açúcar, o reajuste foi de 50% passando a Cr\$37.474,64/tonelada, sendo de 56% o percentual para todos os tipos de açúcar. Também foi fixado pela SUNAB, os preços máximos de venda do açúcar cristal "standard", superior e especial, que para

QUADRO 3. - Previsão das Necessidades de Recursos para AGF e EGF, Culturas do Brasil, 1985

Cultura	Preço mínimo (Cr\$/t) ⁽¹⁾	AGF		EGF	
		Volume (t)	Valor ⁽²⁾ (Cr\$1.000.000)	Volume (t)	Valor ⁽³⁾ (Cr\$1.000.000)
Algodão em caroço	1.824.800	37.400	68.247	930.000	1.697.064
Arroz	821.700	643.000	528.353	1.976.000	1.623.679
Feijão	1.366.000	188.400	257.354	75.000	102.450
Milho	493.900	1.510.000	745.789	2.175.000	1.074.232
Soja	760.100	-	-	6.794.000	5.164.119
Total	-	-	1.599.743	-	9.661.544

⁽¹⁾ Com previsão de variação da ORTN para abril de 10%.

⁽²⁾ Supondo aquisição de 7% da produção de arroz, feijão e milho e 2% da produção de algodão.

⁽³⁾ Supondo para 1985, financiamento do mesmo volume de produção financiada em 1983.

as vendas dentro do Estado passam a ser respectivamente, Cr\$56.076,60, Cr\$59.265,97 e Cr\$60.860,72 por saca de 50kg. O preço do açúcar refinado na região metropolitana de São Paulo para consumidor final passa a ser de Cr\$1.570/kg (Ato IAA nº 05/85, de 05/02/85; Portaria SUNAB nº 07, de 05/02/85 e nº 08, de 11/02/85);

- Exportação: a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) divulga as regras essenciais de exportação para orientação dos empresários (Comunicado CACEX nº 119, de 06/02/85);
- Trigo: foi fixada em 6,4 milhões de toneladas a previsão das necessidades de abastecimento do produto para o ano de 1985. Para atender a essa necessidade, serão importados 5 milhões de toneladas, prevendo-se produção nacional de 1,4 milhão de toneladas. Na distribuição prevista do produto, caberá a São Paulo e Paraná conjuntamente volume pouco acima de 2,1 milhões de toneladas (Portaria SUNAB, de 22/02/85);
- Café: os registros de "Declaração de Venda" relativos à exportação de café serão acolhidos pelo IBC, aos seguintes preços mínimos e respectivas alíquotas do imposto de exportação, válidos até 31 de março de 1985.

Tipo de café	Preço (US\$ por libra peso)	Alíquota (Imp. Export. %)
a) café verde em grão do tipo 6 para melhor, bebida isenta de gosto rio zona, embarcado pelo Porto de Santos	1,26	31
b) café solúvel - qualidade "spray-dried" e extrato líquido	3,00	28
c) café solúvel - qualidade "freeze dried"	3,65	20

(Resolução IBC nºs 19 a 22, de 25/02/85);

- Derivados de petróleo: foram fixados os novos preços, a partir de 28/02/85. São apresentados, a seguir, os preços anteriores e os atuais em Cr\$/litro.

Produto	Até 27/02	A partir de 28/02
gasolina tipo "A" e "C"	1.710	2.170
óleo diesel	1.190	1.520
querosene eliminante	1.230	1.570
álcool etílico hidratado	1.110	1.410

(Portaria CNP - DIPRE - D nº 039, de 27/02/85).

- COMPORTAMENTO DE PREÇOS

O índice geral de preços recebidos pelos agricultores (IPR) apresentou em fevereiro de 1985 um aumento de 9,5% em relação ao mês anterior, derivado do aumento de preços dos produtos vegetais (15,3%), notadamente do café (29,5%). Excluindo-se o café do índice de preços de produtos vegetais, esse acréscimo limita-se a 2,1%. Por sua vez, o índice de preços de produtos animais apresentou-se em queda, com uma variação de -1,0% (figura 1).

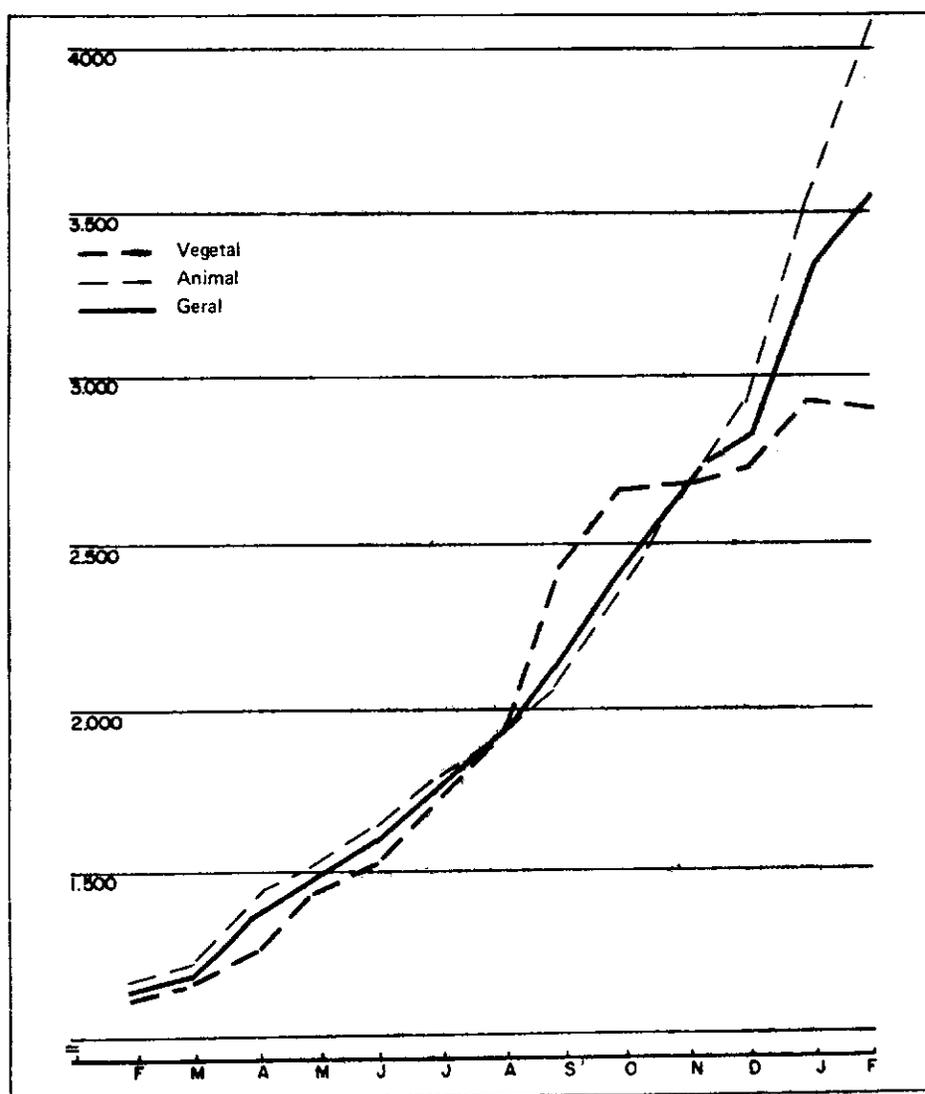


FIGURA 1. - Evolução do Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores do Estado de São Paulo, Fevereiro de 1984 a Fevereiro de 1985. Base: 1961-62=100.

Do grupo dos produtos vegetais, destacaram-se pela grande elevação de preços: café (29,5%), permanecendo a situação de escassez do produto aliada às mudanças ocorridas na sistemática de tributação das exportações; cebola (25,6%); tomate (17,5%), devido à pequena oferta resultante de adversidades climáticas nas regiões produtoras; feijão (15,7%), por estar em fim de colheita e existir pouco produto para ser comercializado. Em contrapartida, os preços de produtos como banana (-30,7%), amendoim (-5,4%), pela baixa qualidade do produto, e milho (-1,9%), pela retração na demanda derivada dos elevados preços praticados anteriormente, apresentaram queda.

Do grupo de produtos animais, destacaram-se: ovos (14,0%), devido à retração na oferta em razão do descarte de poedeiras bem como em função do reaquecimento da demanda, e bovinos (-4,4%), devido ao baixo consumo.

Por outro lado, o índice geral de preços pagos pela agricultura paulista (IPP) apresentou uma elevação de 5,6% em relação ao mês anterior, sendo de 9,0% o aumento de preço dos insumos adquiridos fora do setor agrícola e de -0,1% dos insumos adquiridos no próprio setor agrícola (figura 2).

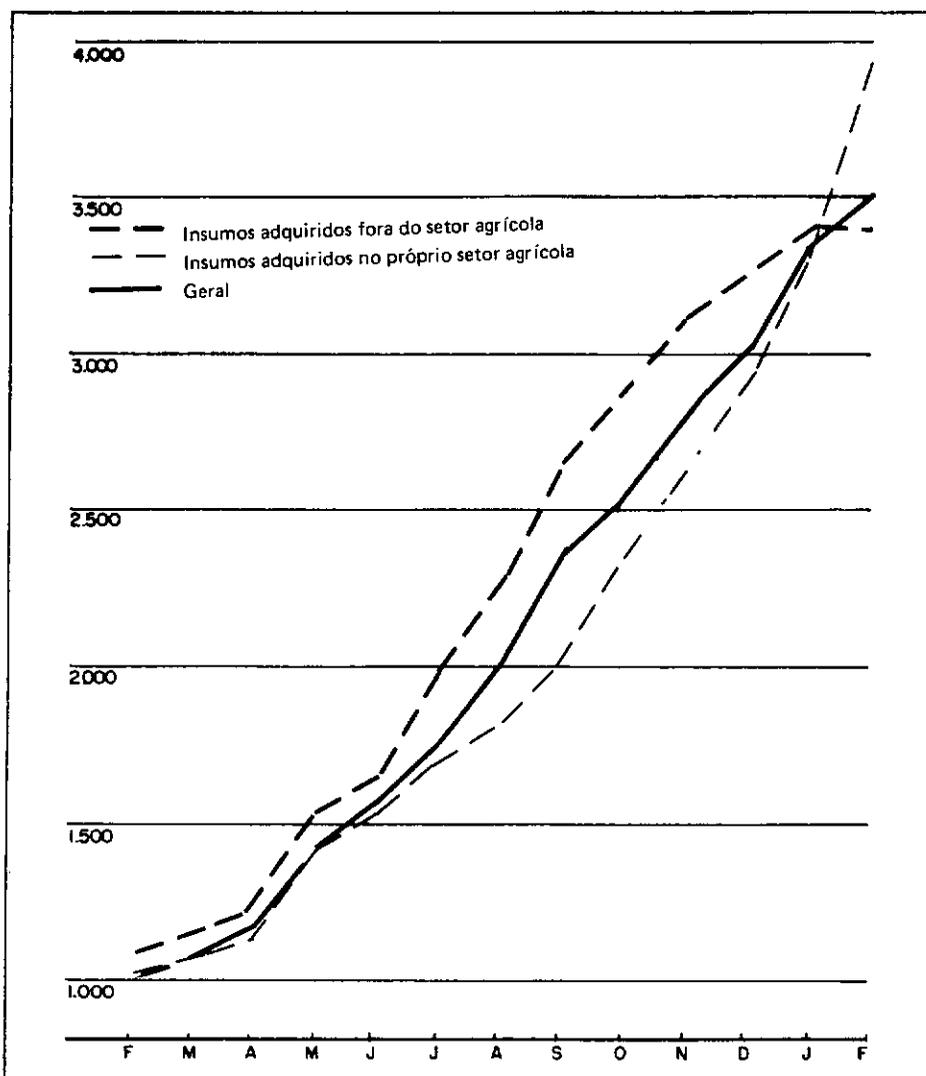


FIGURA 2. - Evolução do Índice de Preços Pagos pela Agricultura Paulista, Fevereiro de 1984 a Fevereiro de 1985. Base: 1961-62=100.

As maiores elevações de preços deste grupo foram: adubos (16,0%); serviços comprados (15,6%), devido ao reajuste de tarifas de energia elétrica e transporte ferroviário; utensílios e ferramentas (13,3%); construção e reparo (13,2%), em função do aumento dos preços de materiais de construção e ainda; inseticidas e fungicidas (10,7%), pelo aumento dos derivados de petróleo. Entretanto, o Índice de preço de animais de produção apresentou-se em queda (-0,8%), em função da baixa valorização dos bovinos no mês.

O Índice de paridade (103,84) mostra que as relações de troca para o agricultor estão favoráveis a ele, ou seja, houve uma melhora de aproximadamente 4% na relação IPR/IPP dos produtores, comparativamente ao mês anterior (figura 3).

Tomando-se a variação dos indicadores significativos para a agricultura, como o IPR, que se elevou em 9,5%, o Índice geral de preços (IGP-DI) que aumentou 10,2% e o Índice de preços no atacado (IPA-gêneros alimentícios) de 10,7%, observa-se que em fevereiro não houve pressão excessiva causada pelos preços agrícolas, exceção feita ao café (figura 4).

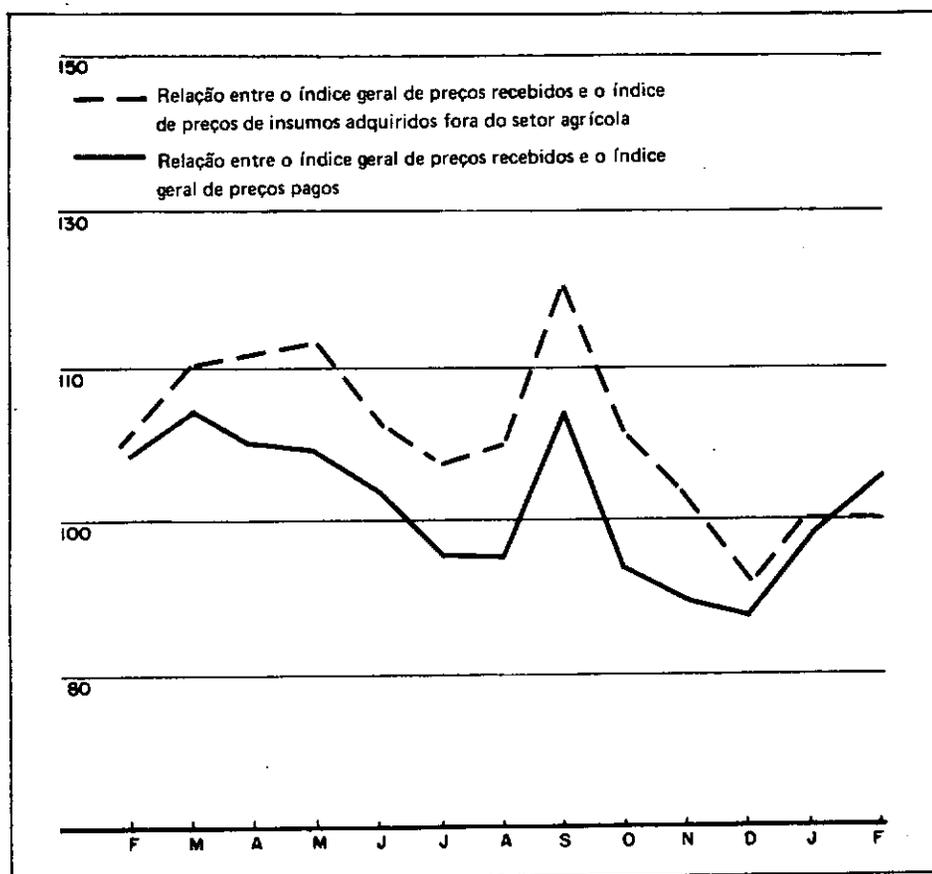


FIGURA 3. - Evolução do Índice de Paridade no Estado de São Paulo, Fevereiro de 1984 a Fevereiro de 1985. Base: 1961-62 = 100.

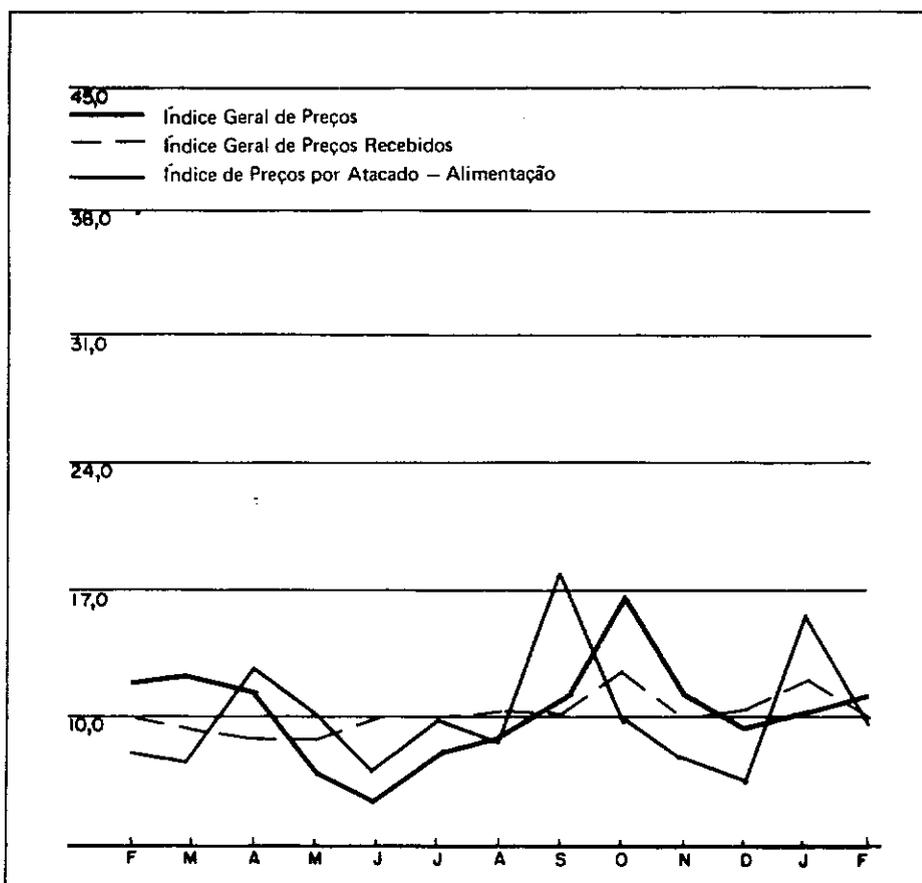


FIGURA 4. - Variação Percentual do Índice de Preços Recebidos pelo Agricultor Paulista, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, e do Índice de Preços por Atacado - Item Alimentação, Fevereiro de 1984 a Fevereiro de 1985.

- CESTA DE MERCADO

Em fevereiro, os dispêndios com alimentação no domicílio da família média paulistana (4,3 pessoas e renda de 8,3 salários mínimos) aumentaram 13,8%, superando o percentual registrado em janeiro (12,1%) e o da inflação do mês (10,2%). O valor dos gastos no mês é da ordem de Cr\$392.886 (quadro 4). A evolução percentual dos gastos no ano atinge 27,6% em 12 meses, 204,9% (quadro 5).

Todos os preços médios de produtos básicos foram majorados: café (98,2%), açúcar (31,4%), farinha de trigo (22,7%), macarrão (21,3%),

QUADRO 4. - Dispendio Total Mensal da Família Paulistana, com a Cesta de Mercado, Cidade de São Paulo, 1983, 1984 e 1985 (¹)

(em cruzeiro)

Mês	1983	1984	1985
Jan.	36.060,02	114.742	345.131
Fev.	40.208,33	128.841	392.886
Mar.	46.016,37	146.255	...
Abr.	50.514,14	161.946	...
Mai.	52.308,70	172.278	...
Jun.	60.330,06	179.977	...
Jul.	70.592,00	190.619	...
Ago.	76.315,00	206.495	...
Set.	89.202,00	236.345	...
Out.	101.803,00	267.635	...
Nov.	104.263,00	292.553	...
Dez.	105.052,00	307.795	...

(¹) Refere-se aos gastos com 70 produtos alimentícios, com base nas quantidades consumidas no domicílio pela família paulistana, de tamanho e renda médios, conforme pesquisa da FIPE/USP - POF 71/72.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

arroz (20,1%), óleo de soja (18,3%), pão (14,1%) e feijão (4,2%).

Entre as frutas, os preços mais elevados do mês foram para manga (24,6%), melancia (14,9%), mamão (13,8%), banana nanica (11,7%), laranja (11,0%), maçã (8,9%), abacaxi (8,9%) e pêssego (4,4%). As quedas de cotações ficaram para uva (31,3%), abacate (19,3%), figo (19,1%), limão Tahiti (11,7%) e galego (1,2%).

As altas significativas, acima da inflação, de preços de olerícolas foram as registradas para couve (55,2%), cenoura (45,2%), almeirão (39,8%), agrião (38,2%), espinafre (31,6%), escarola (21,6%), vagem manteiga (17,7%), salsa/cebolinha (17,7%), alfaces lisa e crespa (16,9%), chuchu (16,6%), beterraba (16,3%), abobrinha italiana (14,1%), pepino (13,7%), abóbora (10,3%) e berinjela (10,3%). As elevações abaixo da inflação foram para cebola (7,1%), batata (5,8%) e pimentão (3,5%). Os preços praticamente estáveis foram os de batata doce, mandioca de mesa e tomate. O preço do quiabo apresentou queda de 5,2%.

QUADRO 5. - Variações Percentuais da Cesta de Mercado, Cidade de São Paulo, 1984 e 1985

Mês	Variação em relação a		
	Mês anterior	Dez. 1984	Mesmo mês de 1984
Jan.	12,1	12,1	200,8
Fev.	13,8	27,6	204,9
Mar.
Abr.
Mai.
Jun.
Jul.
Ago.
Set.
Out.
Nov.
Dez.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Os produtos industrializados tiveram aumentos da ordem de 19,1%, assim distribuídos: maizena (21,5%), massa de tomate (17,1%) e goiabada (20,3%).

Do total dos gastos, o que mais influenciou foram as altas dos preços de produtos de origem vegetal, uma vez que a carne bovina manteve praticamente o nível de preço do mês anterior, o preço do leite tipo B e especial ficaram inalterados e o preço do frango apresentou-se com redução de 2,6%. Os produtos com preços mais elevados, do grupo dos produtos de origem animal, foram: ovos (13,0%), leite em pó (9,8%), manteiga (7,6%), carne suína (5,0%) e queijos tipos prato e minas (4,3%).

Os produtos derivados da carne suína (lingüiça, banha de porco e toucinho) aumentaram 12,4%.

QUADRO 6. - Variações Percentuais dos Custos de Alimentação, Produtos de Origem Vegetal, Produtos de Origem Animal e do Total da Cesta de Mercado, em Relação ao Mês Anterior, Variação Média Mensal, Anual e Acumulada na Cidade de São Paulo, 1984 e 1985

Mês	Produtos de origem vegetal		Produtos de origem animal		Total	
	1984	1985	1984	1985	1984	1985
Jan.	8,8	13,1	11,6	10,7	10,0	12,1
Fev.	15,0	20,9	8,3	2,3	12,3	13,8
Mar.	18,6	...	5,8	...	13,5	...
Abr.	13,9	...	5,3	...	10,7	...
Mai.	2,7	...	14,8	...	6,4	...
Jun.	3,5	...	5,0	...	4,5	...
Jul.	4,4	...	8,5	...	5,9	...
Ago.	6,3	...	11,6	...	8,3	...
Set.	6,8	...	26,5	...	14,5	...
Out.	13,5	...	12,9	...	13,2	...
Nov.	15,2	...	1,6	...	9,3	...
Dez.	7,7	...	1,5	...	5,2	...
Variação média mensal	9,7	17,0	9,5	6,5	9,5	13,0
Variação acumulada (1)	200,7	36,7	181,5	13,2	193,0	27,6

(1) A variação acumulada de 1984 tem como base dezembro de 1983 e a variação acumulada de 1985 tem como base dezembro de 1984.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).